

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

A relação entre reforma agrária e migrações. Análise a partir das percepções dos assentados.

Silvia Lima de Aquino.

Cita:

Silvia Lima de Aquino (2009). *A relação entre reforma agrária e migrações. Análise a partir das percepções dos assentados. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/680>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/evbW/0s1>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

A relação entre reforma agrária e migrações

Análise a partir das percepções dos assentados

Silvia Lima de Aquino

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA/UFRRJ

silvia.aquino@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho concentrou-se em analisar as migrações rural-urbano-rural e urbano-rural, e a oportunidade da permanência de indivíduos no campo, vinculadas ao processo de reforma agrária implementado no Norte do Estado do Rio de Janeiro. Para tanto, foi realizado um estudo de caso nos assentamentos de reforma agrária denominados Ilha Grande e Che Guevara, situados no município de Campos dos Goytacazes. Estes assentamentos se originaram através de uma ocupação empreendida pelo MST, em janeiro de 1998, em duas fazendas produtoras de cana-de-açúcar, pertencentes à Companhia Agrícola Baixa Grande. As fazendas chamavam-se, respectivamente, “Ilha Grande” e “Marrecas”, ambas situadas na localidade de Marrecas que dista, aproximadamente, 48 quilômetros do perímetro urbano de Campos dos Goytacazes (PDA Che Guevara, 2001; PDA Ilha Grande, 2002).

Dito isto, o desafio aqui assumido é o de, por meio deste estudo de caso, analisar a mobilidade espacial dos assentados, dado o processo de reforma agrária realizado, a partir das percepções e dos significados destes deslocamentos, atribuídos por estes indivíduos. Para cumprir os objetivos propostos, retomar as trajetórias ocupacionais e, sobretudo, migracionais de assentados até a sua chegada aos assentamentos, tornou-se essencial.

IDENTIDADE, TRAJETÓRIA E HABITUS: APORTES TEÓRICOS PARA ANÁLISE DAS MIGRAÇÕES

Dentre as várias possibilidades de análise, acreditamos que observar os deslocamentos populacionais sob uma ótica qualitativa tornar-se-ia conveniente tomando como referencial teórico-conceitual as categorias identidade, trajetória e *habitus*. Tendo em vista as observações de Bourdieu (1998; 2007), definimos trajetórias como biografias conformadas pelos indivíduos ao longo dos caminhos percorridos durante as migrações e/ou seus ciclos de vida. As experiências vividas nestes itinerários são responsáveis por organizar o material a partir do qual os indivíduos conformam, para si, identidades.

Fundamentando-se em autores como Hall (1999; 2003), Woodward (2003), Castells (1999), e Silva (2003), a noção de identidade adotada neste trabalho remete a um aspecto passível de mudanças, fragmentado e múltiplo, construído e reconstruído de forma ininterrupta, a partir de percepções e visões de mundo, por sua vez influenciadas pelo lugar ocupado pelo indivíduo no mundo social. As posições ocupadas na sociedade são organizadas pelos indivíduos a partir de suas trajetórias e compreendem uma série de disposições, capazes de orientar as suas ações na vida cotidiana. Este arranjo remete-nos à noção de *habitus* estabelecida por Bourdieu (2005; 2007), um sistema de esquemas individuais portadores de disposições estruturadas coletivamente, e estruturantes de forma individual, adquirido nas e pelas experiências práticas.

Mesmo que haja uma diversidade de possibilidades de análise a respeito da migração, em regra os estudos sobre esta questão são essencialmente estatísticos. ***Observa-se que a exemplo de outros conceitos presentes nas Ciências Sociais, a delimitação da migração aparece acompanhada da clássica dualidade a respeito da unidade de análise que seria mais pertinente: o indivíduo ou a sociedade. Neste caso,*** o migrante ou o processo em que se dá a migração. Neste sentido, o debate acerca das migrações pode ser dividido em duas principais abordagens, de cunho micro ou macrossociológico (Matos, 2003).

A primeira fundamenta-se na crença da capacidade de racionalidade individual do sujeito, a partir da realização dos cálculos dos custos e benefícios de se aderir ou não à estratégia da migração, dadas as condições objetivas do local de partida e chegada. A segunda explica as migrações como fenômenos decorrentes de fatores histórico-estruturais, consequência da situação econômica, política e social de um determinado momento, portanto, capazes de suprimir os interesses individuais dentro do processo decisório (Matos, 2003); (Peixoto, 2004).

Muniz (2002) acredita que apesar destas explicações serem válidas para questionarmos o fenômeno das migrações, não são, por si só, satisfatórias. Isto porque os migrantes não respondem de forma automática às variadas crises, têm prioridades e agem de formas distintas e, nem sempre são capazes de empreender cálculos perfeitos. Neste contexto ganham espaço e importância as análises qualitativas a respeito das migrações. O intuito é preencher lacunas colocadas pelos exames especialmente quantitativos.

METODOLOGIA

Nos apoiamos na descrição e análise das trajetórias migracionais e ocupacionais de habitantes dos assentamentos mencionados. Verificar por onde estes indivíduos passaram, o que fizeram em termos de trabalho, os significados construídos durante o percurso e após a entrada no assentamento e/ou acampamento consistiu no pilar principal do estudo. Para tanto, adotamos como metodologia a aplicação de vinte entrevistas semi-estruturadas entre os assentados e a realização da observação participante.

As informações extraídas possibilitaram que observássemos os caminhos percorridos pelos assentados e as motivações que perpassaram os deslocamentos, arranjos capazes de estimular os indivíduos a resistirem a situações mesmo por eles consideradas precárias, a exemplo da vida nas periferias urbanas, os trabalhos extenuantes e as adversidades enfrentadas durante o acampamento. Assumindo como principal referencial o ponto de vista dos entrevistados, fez-se necessário analisar através dos relatos a percepção dos assentados sobre os aspectos relacionados aos deslocamentos e sobre o ato de acampar, o processo de reforma agrária empreendido e os motivos e significados atribuídos ao retorno, entrada e possibilidade de manter-se no campo por meio dos assentamentos rurais.

MIGRAÇÕES E REFORMA AGRÁRIA: COM A PALAVRA, OS ASSENTADOS

“(...) Eu disse (...): vocês ficam aí e eu vou andar, vou no mundo de novo. Aí apareceu esse MST lá e eu pensei: eu vou acompanhar essa turma (Seu M.)”¹

Apesar da multiplicidade de percursos, das peculiaridades presentes nos movimentos migratórios realizados por cada indivíduo e das dificuldades em encontramos uma regra para as migrações, existem características comuns ao grupo de entrevistados. As similitudes presentes na maioria das trajetórias puderam ser observadas ao longo dos relatos dos assentados, estruturados muitas vezes de forma bastante parecida. Considerando as trajetórias relatadas, podemos dividir os integrantes dos assentamentos Che Guevara e Ilha Grande, que foram entrevistados em dois grupos principais. Um é formado por aqueles indivíduos, – em sua maioria, ex-trabalhadores do setor sucroalcooleiro –, que se mantiveram no campo, a despeito das crises na atividade canavieira. Assim, para estes a constituição dos assentamentos, antes de significar um deslocamento do ponto de vista espacial, representou uma mobilidade social.

O outro grupo é composto por indivíduos que no momento das ocupações viviam na cidade e, pode ser dividido em dois subgrupos, apesar do último local residido antes do ingresso no processo de reforma agrária ser o mesmo: O grupo dos indivíduos criados nas cidades, portanto, que nunca trabalharam no perímetro rural e, com a anunciação de acampamentos e/ou assentamentos, se depararam com a oportunidade de entrar no campo; e o grupo cujos integrantes, igualmente, habitavam a zona urbana antes de entrar no assentamento, mas que nasceram, residiram e, tiveram uma experiência de vida e de trabalho no campo antes de migrarem para a cidade. Para estes, a reforma agrária significou então, a oportunidade de retorno ao meio rural.

A partir desta classificação, fundamentada nas informações coletadas durante o trabalho de campo, podemos inferir que a instauração dos assentamentos rurais estudados promoveu alterações na dinâmica populacional daquela região, ainda que não representem um fenômeno de grande expressão demográfica. O latifúndio, modalidade de propriedade que emprega pouca mão-de-obra, no período da ocupação já havia decretado falência, o que sugere a alteração que a criação dos assentamentos rurais proporcionou em termos da inclusão de pessoas naquele espaço. Portanto, para a maioria dos entrevistados há uma relação direta entre a formação dos acampamentos e a migração para esta área a partir de 1998:

¹ Optamos neste trabalho por utilizar apenas as iniciais dos nomes dos entrevistados, a fim de garantir a privacidade dos mesmos.

(...) Ai você vê como é que é as coisas né, meus irmãos ficaram desempregados, deu baixa do quartel, aí veio chegando um irmão, um outro, com o intuito de me ajudar, e acabaram ficando também aqui. Aí meus pais também vieram. Primeiro só eu que fui assentado, depois dois irmãos meus foram, mas antes de vir prá cá, nós moramos no Rio um bom tempo né (...) (D).

O depoimento de D citado acima nos adverte para um fator importante no cenário das migrações para os assentamentos rurais: o papel das redes de parentesco para quem está acampado em busca de um lote. Percebe-se que o destino do migrante não é individual, mas, na maioria das vezes, é tencionado pelas possibilidades e expectativas dos familiares: “*Vim sem nada, só com a roupa do corpo, mas morei uns tempos por aqui na casa da minha mãe (Sr. J.A).*”

Ao analisarmos as trajetórias migratórias dos entrevistados constatamos que a maioria teve uma passagem, mesmo que breve, pelo mundo urbano, em que sobressai à busca pela fixação em um território, a fim de criarem-se oportunidades de autonomia financeira e reconhecimento social. Portanto, foi freqüente nos depoimentos a referência a trabalhos urbanos realizados durante os deslocamentos, a exemplo de D.:

Mas assim, na verdade eu não sou rural né. (...) Eu sou nascido no Rio, sou carioca Já morei em vários lugar, morei em Caxias, morei na Rocinha, morei no Catete (...). Como a família, é uma família assim do Nordeste, meus pais são do Rio Grande do Norte. O nordestino sempre tem essa coisa né, de migração. Meu pai saiu de lá, veio trabalhar no Rio de Janeiro e, depois se acidentou, perdeu uma perna, aquela história toda (...). Fomos morar de novo no Rio Grande do Norte. Morei pouco tempo lá, uns dois anos ou um ano e pouco. Depois voltamos para o Rio de novo, moramos no Caju. Eu arrumei serviço em olaria, trabalhei na área de comércio, em entrega de mercadorias comestíveis, e depois fui trabalhar no Aeroporto Internacional do Rio, o Galeão, como auxiliar de pista, naqueles caminhãozinho com alimentação pra bordo (...).

Contudo, nos depoimentos constata-se uma valorização por parte dos entrevistados de ter pelo menos nascido ou mesmo passado pela zona rural antes de chegar ao assentamento. Este fato evidencia a necessidade que os assentados têm de justificar o merecimento do lote conquistado e,

ao mesmo tempo, de demonstrar que além da experiência no trabalho urbano, sabem “lidar com a terra” e por isso são plenamente capazes de produzir e transformar o espaço que receberam. Assim, foi freqüente entre os depoimentos a expressão “*nascido e criado na roça*”:

Eu nasci em São Luis de Mutuca, vim pra Campos com 11 anos de idade, meu pai era vivo, depois meu pai morreu e minha mãe ficou viúva com nove filhos. Mas a gente sabe muita coisa de roça. A gente nasceu na roça, foi criado na roça. Apesar de ter vindo novinha, mas meu pai botava a gente pra trabalhar na roça. Capinar, panhar café (Sra. D).

Quando questionados a respeito das diferenças entre condições de vida antes e depois da entrada no assentamento, os assentados são enfáticos em dizer que apesar de todas as dificuldades a vida melhorou após o recebimento do lote. O que demonstra o significado que migrar para o assentamento possui para estas pessoas, no sentido da promoção de alterações das condições de vida e mobilidade também social. No entanto, ingressar nos programas de Reforma Agrária, não significa apenas melhoria da qualidade de vida em termos estritamente econômicos, mas também remete a uma mudança significativa na posição dos indivíduos, enquanto membros de uma sociedade cuja propriedade possui papel fundamental.

Desta forma, os indivíduos revelaram que antes de receberem o lote possuíam o desejo de serem proprietários de algo, onde o “*morar no que é seu*” e todos os aspectos simbólicos que esta expressão carrega, assumem um papel essencial na justificativa das migrações para ao assentamento, o que pressupõe a emergência de novas relações sociais: “*Eu não tinha outra coisa pra fazer minha filha. Pelo menos aqui faço umas lavourazinha, crio um gadinho. O sonho da gente é esse. É progredir* (Sr. J.A). Constata-se então, que a justificativa para ingressar no assentamento é a mesma para a maioria dos assentados: a busca da autonomia e da independência.

A partir do momento em que os assentados concluem que suas vidas melhoraram após a entrada no assentamento, surgem às percepções acerca das diferenças entre o campo e a cidade. Apesar da tendência de alguns estudos no ramo da Sociologia Rural apontarem para a diluição das fronteiras entre o urbano e o rural, foi possível observar que para os assentados estas fronteiras existem. Um dos aspectos que marca esta diferença refere-se às atividades realizadas no campo e na cidade. Para os assentados a vida e o trabalho no campo são muito mais pesados e complexos que as funções exercidas na cidade. O que podemos ver pelo depoimento da Sra. D.:

Eu trabalhava (na cidade) de acompanhante numa casa e dormia na outra. Mas aqui, isso aqui [no assentamento] a gente vive, mas numa luta. É muito trabalho, é muita coisa. (...) Mas eu gosto, eu tô aqui mais também porque eu gosto, eu podia ter vivido lá [na cidade] (...) mas a minha opção foi vir pra cá.

Outro aspecto que emergiu nas conversas e que para os assentados retratam estas diferenças refere-se ao provimento de alimentos. Foi recorrente entre os assentados a afirmação de que na cidade tudo tem que ser comprado, ao passo que no campo há a possibilidade de plantar ou mesmo contar com a generosidade do vizinho para obter alimentos como banana, aipim, milho, etc.:

Ah, na cidade a gente gasta, lá tudo a gente compra, aqui não. Às vezes o vizinho traz uma verdura, uma coisa assim, aqui gasta menos do que lá. Lá não, lá tudo é comprado, tudo tem que ser comprado. Aqui tem sempre tem um vizinho que traz abóbora, milho verde, aipim (...) (Sr. R.C.).

Além disso, para os assentados a cidade pressupõe uma indumentária mais sofisticada, daí emerge entre eles a conclusão de que somente é possível ser bem atendido nos estabelecimentos urbanos se estiverem bem vestidos, ao contrário do que acreditam acontecer no campo, onde as pessoas são livres para trajar-se de forma mais simples: *“Tem que melhorar a aparência um cadim né minha filha, porque senão ninguém atende a gente na rua* (Sra. D)

A discussão a respeito da liberdade tornou-se um ponto fundamental nas conversas com os assentados. Liberdade que consideram ter de plantar, colher, morar no que é seu, se vestir do jeito que mais lhe convém, viver com tranqüilidade. O que nos leva a inferir que se antes, acreditava-se que migrar para a cidade de certa forma, consistiria em uma maneira de libertar-se das amarras presentes no campo, para os assentados entrevistados, hoje, voltar ao campo por meio dos assentamentos – apesar de todas as dificuldades enfrentadas e decorrentes dos problemas da implantação da modalidade de reforma agrária preconizada pelo governo –, significa adquirir uma liberdade perdida no momento em que de lá foram expulsos, e tiveram que alojar-se nas periferias urbanas. E para aqueles que pela primeira vez experimentam a oportunidade de viver e trabalhar no campo surge à possibilidade de libertar-se ou pelo menos atenuar os efeitos das privações sofridas nas áreas mais carentes das cidades. Isto demonstra que a migração nem sempre pode ser considerada um fenômeno negativo, já que neste caso emerge como uma oportunidade de melhoria na condição de vida destas pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das trajetórias dos assentados nos permite observar que possibilidade e implementação do processo de Reforma Agrária contribuem para a promoção de condições que possibilitem a migração de pessoas para campo, embora os impactos em termos numéricos deste movimento não cheguem ainda a configurar-se num fenômeno de forte expressão demográfica.

Dentre inúmeros fatores, a falta de oportunidades no mercado de trabalho urbano, a idealização e atribuição dos conceitos de liberdade e tranqüilidade a vida no campo, bem como o desejo de possuir, morar e trabalhar no que é seu e, assim adquirir autonomia financeira e reconhecimento social, figuram como algumas das justificativas para os movimentos migratórios em direção ao campo, através de assentamentos de reforma agrária. Isto demonstra que os assentamentos de reforma agrária constituem importante panorama para analisarmos os processos de migrações de retorno ou entrada no campo no Brasil. Ademais, torna-se evidente que as migrações de retorno ou entrada de indivíduos ao campo envolvem além de aspectos objetivos ligados ao ramo econômico, aspectos simbólicos e subjetivos.

Finalmente, a análise destes movimentos migratórios por um lado, nos mostra que é evidente que as mudanças no mundo do trabalho e a influência do setor urbano refletem no campo, conseqüentemente, nos assentamentos. Contudo, por outro lado, sinaliza que tais alterações são traduzidas e inseridas nas relações sociais, no sistema de representações, e nas percepções dos indivíduos.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- _____. **Razões práticas**. Campinas: Papirus, 2007
- _____. A ilusão biográfica. In: M. FERREIRA e J. AMADO (eds.), **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro, FGV. 1998.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA UFRRJ (FAPUR). **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Che Guevara**. Rio de Janeiro: 2001.
- FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA UFRRJ (FAPUR). **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Fazenda Ilha Grande**. Rio de Janeiro: 2002.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- _____. Quem precisa de identidade? In: Tomaz Tadeu Silva, org. **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MATOS, Cristina. **Migrações: decisões individuais e estruturas sociais**. Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão Universidade Técnica de Lisboa, 993, p. 5-93.
- MUNIZ, Jerônimo Oliveira. **Um ensaio sobre as causas e características da migração**. Mimeo. 2002.
- PEIXOTO, João. **As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas**. SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2004, p. 04. Disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200411.pdf>. Acesso em: 10/10/2007.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). A produção social da identidade e da diferença. In: **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: Uma introdução teórica e conceitual. In: Tomaz Tadeu Silva, org., **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2003.